

A PALEOGRAFIA NO ARQUIVO DISTRITAL DE ÉVORA, PORTUGAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Israel Ribeiro Gomes

Acadêmico do Curso de Graduação em Arquivologia pela
Universidade Federal Fluminense.
israelrigom@gmail.com

Luciana Ferreira da Costa

Professora do Departamento de Ciência da Informação da
Universidade Federal da Paraíba.
lucianna.costa@yahoo.com.br

Paulina Margarida Rodrigues Araújo

Técnica Superior no Arquivo Distrital de Évora.
paulina.araujo@adevr.dglab.gov.pt

Resumo: O presente relato apresenta a experiência com a Paleografia por meio de atuação voluntária no Arquivo Distrital de Évora (ADEVR) em Portugal, realizada durante participação no Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional da Universidade Federal Fluminense (UFF). Para tanto, apresenta reflexões sobre a Paleografia. Descreve o ambiente em que foi realizado o voluntariado, no caso, o ADEVR (criação, missão, tipologias documentais, setores, dentre outros), que possibilitou a leitura paleográfica dos documentos de um dos fundos que custodia: o fundo arquivístico Câmara Eclesiástica de Évora. Discorre sobre as dificuldades encontradas durante a prática com a Paleografia, contudo, mesmo tendo contato com a teoria por meio da unidade curricular Paleografia e Diplomática Moderna lecionada na Universidade de Évora (UE). Por fim, ressalta a importância do estudo da Paleografia como conhecimento fundamental na formação acadêmica de estudantes de Arquivologia, os quais devem ser capacitados a atuarem na gestão da documentação escrita tanto em caracteres vigentes quanto obsoletos.

Palavras-chave: Paleografia. Arquivo Distrital de Évora - Portugal.
Universidade de Évora.



1 INTRODUÇÃO

Este relato tem o objetivo de compartilhar a experiência do primeiro autor como bolsista do Programa de Mobilidade Internacional da Universidade Federal Fluminense (UFF)¹, durante o período de setembro de 2014 a fevereiro de 2015 com destino à Universidade de Évora em Portugal, mais estritamente no tocante à experiência de contato com a Paleografia por meio de atuação voluntária² no Arquivo Distrital de Évora em Portugal.

A motivação para a realização do período de intercâmbio surgiu da constatação, como acadêmico do Bacharelado em Arquivologia da UFF, da carência teórica e prática na área de Paleografia com a qual nos deparamos em nossa trajetória de formação. Daí, devido à percepção da referida lacuna em nossa formação aliada ao desejo de adquirir conhecimento sobre as transcrições paleográficas, foram questões motivadoras para uma série de ações.

Assim, partimos para busca de informações acerca dos Programas Acadêmicos disponibilizados pela UFF com vistas à capacitação dos alunos em nível de formação para qualificação no âmbito profissional, além do cultural e pessoal. Ao identificarmos um programa adequado às nossas necessidades, resolvemos participar do processo seletivo de um edital para Mobilidade Out, para o qual apresentamos nossa motivação para cursar uma parte da formação acadêmico-científica no continente europeu. Fomos, portanto, selecionados e contemplados com uma bolsa de estudos com o objetivo de cooperar para o crescimento da área a que nos dedicamos: a Arquivologia.

Dentre as opções de oferta de instituições de nível superior em diversos países que possuem acordos bilaterais de mobilidade

¹ Edital nº 19/2013 Diretoria de Relações Internacionais. Disponível em: <http://www.aai.uff.br/sites/default/files/edital_19_2013_retificado_0.pdf>.

² De acordo com a Lei 9.608 de 1998, o trabalho voluntário diz respeito a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social.

acadêmica internacional com a UFF, optamos pela Universidade de Évora (UE) em Portugal.³ Nossa opção pela UE se respaldou no atendimento desta instituição no tocante a dois critérios: primeiro, a universidade estrangeira deveria possuir a graduação em Arquivologia e segundo, teria que disponibilizar unidade curricular sobre Paleografia.

Nomeada de Licenciatura em Ciência da Informação e Documentação⁴ (CID), este curso de Graduação (Curso de 1º Ciclo como é chamado em Portugal), capacita seu corpo discente para o exercício das profissões de Arquivista e Bibliotecário (com duração de três anos), diferentemente do Brasil que possui cursos de graduação específicos em Arquivologia e Biblioteconomia. A formação em Ciência da Informação no Brasil dá-se na pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado).

As disciplinas disponíveis no plano de estudos do CID da Universidade de Évora abrangem fundamentos das áreas da Ciência da Informação, História, Linguística, Sociologia, Informática, Filosofia, Gestão e Patrimônio Cultural. Dentre estas disciplinas, há duas unidades curriculares teórico-práticas que são lecionadas intercaladamente, ou seja, no semestre ímpar a Paleografia e Diplomática Moderna e no semestre par a Paleografia e Diplomática Medieval.

O ensino da Paleografia é essencial para uma qualificada formação dos acadêmicos em Arquivologia, pois como futuros profissionais responsáveis por fornecer informações contidas nos mais variados tipos documentais, estes precisam ser formados e capacitados na leitura, na interpretação e na compreensão das informações registradas nestes. Os futuros arquivistas precisam estar habilitados a ler não apenas os documentos em suportes

³ Segunda Universidade mais antiga de Portugal, fundada em 1º de novembro de 1559 pelo Cardeal D. Henrique. A Universidade de Coimbra, fundada em 1537, é a universidade mais antiga de Portugal.

⁴ O CID está subordinado ao Departamento de História. As informações sobre o curso encontram-se no site da Universidade: [http://www.estudar.uevora.pt/Oferta/licenciaturas/curso/\(codigo\)/148](http://www.estudar.uevora.pt/Oferta/licenciaturas/curso/(codigo)/148). Acesso em: 5 mar. 2015.

contemporâneos, mas também documentos em suportes considerados obsoletos, mas que contêm registros históricos. Desta forma, o aprendizado da Paleografia é imprescindível na área da Arquivologia, quiçá nas demais áreas cobertas pelo campo das Ciências da Informação (Biblioteconomia e Museologia), pois possibilitará ao profissional da informação o conhecimento dos conteúdos de cada documento promovendo o seu acesso. O exposto encontra base no artigo de Krüger (2014) que descreve o ensino de Paleografia no curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Catarina apresentando metodologia de trabalho e de transcrição de documentos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, dando ênfase à importância da disciplina Paleografia para a formação profissional do arquivista.

Por este contexto, durante a realização da mobilidade acadêmica e curso das unidades curriculares na UE, buscamos aliar teoria à prática. Para tanto, resolvemos contatar o Arquivo Distrital de Évora (ADEVR) para participar de seu Programa de Voluntariado o qual objetiva abarcar estudantes das áreas da Ciência da Informação e Documentação, da História, dentre outras áreas. Assim, iniciamos nossa atuação voluntária no Arquivo Distrital de Évora durante o período de 29 de setembro de 2014 a 6 de fevereiro de 2015, o que nos possibilitou vivenciar na prática o aprendizado teórico da Paleografia obtido na sala de aula.

Apresentamos, portanto, neste relato a nossa experiência com a Paleografia por meio do voluntariado desenvolvido no ADEVR em Portugal.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE PALEOGRAFIA

A necessidade de registrar informações é uma característica intrínseca do ser humano, seja para perpetuar seus conhecimentos de vida aos membros mais novos da sociedade, seja para preservar pensamentos filosóficos, poéticos, científicos e acontecimentos históricos. Uma das formas encontrada pelo homem para que seus conhecimentos fossem efetivamente transmitidos foi a escrita.

O fato é que a memória do ser humano é limitada, esta não é capaz de registrar e recuperar fielmente tudo o que acontece na vida do indivíduo e a sua volta. No entanto, é por meio da escrita que o indivíduo materializa numerosas informações, preservando-as através dos documentos inscritos nos mais variados suportes: papiros, pergaminhos, *bits* de computador, etc.

Assim, de acordo com Bellotto (2007, p. 35), “documento é qualquer elemento gráfico, iconográfico, plástico ou fônico pelo qual o homem se expressa”.

O desenvolvimento do uso de documentos foi seguindo o constante alargamento do espaço de vida dos homens e da sua integração crescente nesse ambiente no decorrer dos séculos: famílias, comunidades em aldeias ou paróquias, latifúndios, cidades e bairros, profissões, empresas, províncias e regiões, países e Estados, organizações internacionais e supranacionais [...] (DELMAS, 2010, p.19).

Os documentos são a extensão da memória do ser humano, estes possibilitam transmitir e lembrar fatos que talvez fossem perdidos, em curto prazo, se salvos somente em sua memória. Desta forma, os manuscritos que foram preservados ao longo dos séculos e que hoje temos acesso se enquadram na classificação de memória estendida, constituindo-se a memória estendida de nossos antecessores.

Portanto, devido à necessidade de compreensão das informações contidas nos manuscritos dos séculos anteriores, escritos em caracteres ignorados pela gramática vigente, é que surgiu a Paleografia no século XVII.

O termo Paleografia deriva do grego *palaios* (antigo) e *grafos* (escrita), sendo, então, etimologicamente definida como “escrita antiga”.

Um considerável número de autores se dedicou a elaborar definições acerca da Palaografia. A obra *Noções de Paleografia e Diplomática* de autoria de Berwanger e Leal (2008) apresenta 11 definições.

De acordo com Mendes (1953, p. 11) “a Paleografia é a arte de ler documentos antigos”. Já segundo Prieto (2000, p. 709-710), “Por Paleografía se entiende la ciencia historiográfica que tiene por objeto de estudio la escritura em general, y em especial la evolución en el tiempo de las formas gráficas y su modo de ejecución [...]”. Na perspectiva de Ribeiro (2006, p. 14), a Paleografia.

[...] não pode dispensar-se como ‘ferramenta’ para a compreensão do processo gerador da informação, do seu contexto orgânico e da tecnologia que lhe está associada. Da mesma forma que, nos dias de hoje, a Informática é fundamental para a compreensão do processo produtivo, do contexto e da tecnologia associados à informação.

Por estas definições, apreendemos que Paleografia engloba a história da escrita, a evolução das letras. Esta pode, para Berwanger e Leal (2008, p. 16), “ser considerada arte ou ciência. É ciência na parte teórica. É arte na aplicação prática. Porém acima de tudo é uma técnica”. As definições de Paleografia nos remetem à interpretação de documentos antigos que se encontram escritos em caracteres obsoletos, os quais variam de acordo com o tempo no qual foram produzidos, de acordo com a técnica e instrumentos utilizados na escrita da época e variam também de acordo com cada escritor, já que os indivíduos possuíam a “liberdade” - pela ausência da Caligrafia⁵ - de representar as letras e – pela ausência de Ortografia⁶ - formular palavras de acordo com suas vontades.

Segundo Marques (1975) pode-se analisar a Paleografia em três perspectivas: técnica, história e crítica. Técnica, pois, interpreta as escritas antigas utilizando-se dos caracteres atuais. História porque diz respeito ao estudo da evolução da escrita em relação com

⁵ De acordo com o Dicionário Aulete Digital, refere-se a arte, prática ou técnica de escrever à mão, segundo normas e convenções de legibilidade (tamanho, forma, proporção e disposição dos sinais gráficos), ou segundo padrões estéticos de elegância, harmonia etc.

⁶ De acordo com o Dicionário Aulete Digital, diz respeito a um conjunto de regras, na gramática de uma língua, destinadas a orientar a maneira correta de escrever as palavras e de usar os sinais de acentuação e pontuação.

as sociedades. A perspectiva crítica se insere no âmbito da Diplomática.

Especificamente no tocante à compreensão do âmbito Diplomático na qual a Paleografia se insere, consideramos pertinente apresentar a definição de Diplomática cujo termo deriva do latim *diploma*, “originalmente um escrito dobrado em dois, *diplois* (duplo). Diplomática é, portanto, um etimologicamente a ‘ciência dos diplomas’” (BERWANGER; LEAL, 2008, p. 25).

Segundo Prieto (2000, p. 710), a Diplomática:

es ‘la ciencia que estudia la tradición, la forma y la elaboración de los documentos. Su objeto es hacer la crítica, juzgar su sinceridad, apreciar la calidad de los textos, extraer de las fórmulas todos los elementos de contenido susceptibles de ser utilizados por el historiador, datarlos y, em fin, editarlos’.

Assim, a interseção do trabalho da Paleografia e da Diplomática torna-se muitas vezes inevitável devido ao fato, conforme apresenta Mendes (1953, p.13), a mensagem que o autor do documento analisado pretende transmitir – a ideia – não pode ser dissociada dos caracteres utilizados para representar as palavras escolhidas para tal objetivo. Por isso o Paleógrafo muitas vezes necessita lançar mão da utilização de vários textos semelhantes para analisar o sentido provável de uma determinada frase, comparar e, assim, decifrar o documento.

Em consonância com o exposto, apresentamos em sequência as relações da Paleografia com outras ciências, segundo Berwanger e Leal (2008, p. 20).

- a) a Papirologia: o estudo de documentos escritos em papiro;
- b) a Codicologia: que estuda os códices medievais.

Relacionam-se, também, à Paleografia como ciências afins:

- a) a Epigrafia: que trata de inscrições em matérias não brandas.
- b) a Numismática, que cuida de moedas e medalhas;
- c) a Sigilografia: que estuda sinetes, selos e lacres;
- d) a História dos Incunábulos: que estuda os primeiros livros impressos no século XV.

De acordo com as autoras, a Paleografia ainda se utiliza de outras ciências que a auxiliam:

- a) a Diplomática, que nasceu junto com a Paleografia, mas que dela se separou mais tarde, mantendo, entretanto, com ela, inúmeras relações de interdependência;
- b) a Filologia, que estuda a evolução da escrita das línguas;
- c) a História que, sem o concurso da Paleografia, não poderia reconstituir registros e fatos de diferentes períodos históricos, sobretudo os mais antigos.

Conforme Berwanger e Leal (2008), a Paleografia possui íntima relação com o Direito e com a Arquivologia. No que concerne ao Direito, por esta ler documentos manuscritos que embasam questões judiciais. Já no que diz respeito à Arquivologia, a Paleografia é essencial para a leitura documental com vistas a proporcionar exata classificação e descrição do documento.

3 O ENSINO DA PALEOGRAFIA NAS UNIVERSIDADES

O Brasil contabiliza atualmente 16 Cursos de Graduação em Arquivologia, sendo cinco na região Sul (Universidade Estadual de Londrina – UEL; Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; Universidade Federal de Santa Maria – UFSM; Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; e Universidade Federal do Rio Grande - FURG), cinco na região Sudeste (Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho – Unesp; Universidade Federal Fluminense – UFF; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio; Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; e Universidade Federal do Espírito Santo - UFES), três na região Nordeste (Universidade Federal da Bahia – UFBA; Universidade Estadual da Paraíba – UEPB; e Universidade Federal da Paraíba – UFPB), dois na região Norte (Universidade Federal do Amazonas – UFAM; e Universidade Federal do Pará - UFPA) e um na região Centro-Oeste (Universidade de Brasília - UnB).

No contexto de Portugal contabilizam-se cinco cursos de Arquivologia: sendo Licenciatura em Ciência da Informação (Universidade do Porto - UP), Licenciatura em Ciências e Tecnologias da Documentação e Informação (Instituto Politécnico do Porto - IPP), Licenciatura em Ciência da Informação Arquivística e Biblioteconómica (Universidade de Coimbra - UC), Licenciatura em Ciência da Informação e Documentação (Universidade de Évora - UE), e Licenciatura em Ciência da Informação e da Documentação (Universidade Aberta - UA).

A Paleografia, portanto, é ensinada nas universidades mantenedoras do Curso de Bacharelado em Arquivologia, no caso do Brasil, e Licenciatura em Ciência da Informação e Documentação ou Ciência da Informação Arquivística e Biblioteconómica, no caso de Portugal como disciplina obrigatória (na maioria dos casos), como disciplina optativa ou até como disciplina eletiva. Sua teoria e prática são lecionadas em uma disciplina individual ou em alguns casos em disciplina “mista” (juntamente com o ensino da Diplomática), respectivamente, a depender do currículo de cada curso. No Quadro 1 apresentamos o panorama⁷ da disciplina Paleografia no contexto das universidades brasileiras e portuguesas:

Quadro 1 – Universidades brasileiras e portuguesas e o ensino da disciplina Paleografia

BRASIL		
UNIVERSIDADE	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÀRIA
UEL	Paleografia (OPT)	30 horas
UFSC	Paleografia e Diplomática (OBR)	90 horas
UFSM	Paleografia (OPT)	60 horas

⁷ As Coordenações dos cursos da UFBA, UFPA, UEPB, Unesp e Universidade de Coimbra foram contatadas por e-mail, com vistas à obtenção de dados acerca da existência da disciplina Paleografia, no entanto até a conclusão do relato não obtivemos resposta.

UFRGS	Paleografia-A (OBR)	60 horas
FURG	Paleografia (OBR)	30 horas
Unesp	Paleografia (OBR)	30 horas
UFF	(---)	(---)
Unirio	Paleografia (OPT)	60 horas
UFMG	Paleografia (OBR)	60 horas
UFES	Paleografia e Diplomática (OPT)	30 horas
UFBA	Paleografia e Diplomática I (OBR)	68 horas
	Paleografia e Diplomática II (OPT)	68 horas
UEPB	Paleografia (?)	30 horas
	Paleografia (?)	30 horas
UFPB	Paleografia (OPT)	60 horas
UFAM	Paleografia (OBR)	45 horas
UFPA	Informações indisponíveis	Informações indisponíveis
UnB	(---)	(---)
PORTUGAL		
UNIVERSIDADE	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÀRIA
UP ¹	Paleografia e Diplomática (OBR)	162 horas
IPP	(---)	(---)
UC	Paleografia e Diplomática I (OBR)	Informações indisponíveis
	Paleografia e Diplomática II (OBR)	

UE ¹	Paleografia e Diplomática Medieval (OBR)	130 horas
	Paleografia e Diplomática Moderna (OBR)	135 horas
UA	(---)	(---)

Fonte: Autoria própria com base em consulta aos sites dos cursos e contato com as coordenações (2015)

* Legenda:

(OBR) = disciplina obrigatória

(OPT) = disciplina optativa

(?) = disciplina sem definição de obrigatória ou optativa

(---) = inexistência da disciplina no Projeto Político Pedagógico do Curso.

4 O ARQUIVO DISTRITAL DE ÉVORA

O Arquivo Distrital de Évora (ADEVR) é um Arquivo de natureza pública, criado a partir do Decreto nº 2.859 de novembro de 1916, o qual abrange 14 concelhos⁸. Sua criação deu-se devido à necessidade de existência de um órgão responsável pela custódia da documentação da Diocese e do Distrito de Évora, anteriormente alocada, provisoriamente, na Biblioteca Pública de Évora (BPE).

Inicialmente o ADEVR foi anexado à BPE com subsídio da Câmara Municipal de Évora e instalado no Convento dos Loiós. Durante este período em que esteve unido à BPE sob a designação de Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, teve seus Fundos Arquivísticos acrescidos com novas espécies documentais de interesse histórico e cultural. Atualmente, o ADEVR se encontra instalado no Edifício do Colégio do Espírito Santo (CES) da Universidade de Évora.

O ADEVR (2014) define como sua missão, salvaguardar o património arquivístico sob sua custódia, valorizando-o, divulgando-o, zelando para que os usuários possam acessá-lo quando necessário.

O arquivo se encontra subordinado administrativamente à Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas

⁸ Porção territorial ou parte administrativa de um distrito. Por exemplo: Concelho do Porto.

(DGLAB)⁹. Assim, os objetivos fixados para a instituição por meio do Despacho n.º 9.339/2012 são os seguintes (ARQUIVO DISTRITAL DE ÉVORA, 2014):

Proceder ao levantamento e diagnóstico do estado físico da documentação de que é depositário e assegurar a implementação das políticas de preservação e conservação definidas pela DGLAB;

Proceder ao tratamento arquivístico da documentação à sua guarda e elaborar os respetivos instrumentos de descrição e pesquisa, de acordo com as orientações da DGLAB;

Promover o acesso aos fundos documentais de que é depositário e assegurar, implementando sistemas de descrição, a pesquisa e o acesso aos documentos de acordo com as orientações da DGLAB;

Assegurar a prestação de serviços de consulta, de reprodução, de certificação e de pesquisa sobre a documentação de que é depositário;

Efetuar averbamentos sobre documentação incorporada, quando solicitada pelas entidades competentes;

Garantir o cumprimento da legislação sobre comunicabilidade e sobre proteção de dados no acesso à documentação de que é depositário;

Promover o conhecimento e a fruição do património arquivístico de que é depositário, bem como do existente na respetiva área geográfica de intervenção, autonomamente ou em colaboração com outras entidades;

Prestar serviços de consultoria e apoio técnico, bem como apoiar a DGLAB na gestão de programas e na promoção de iniciativas e projetos, na respetiva área geográfica de intervenção;

Assegurar as incorporações previstas, nos termos da lei, e promover outras aquisições de património arquivístico de interesse.

⁹ A Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB) criada em 2012, é resultado da união de dois organismos, a DGLB – Direção-Geral do Livro e das Bibliotecas e a DGARQ – Direção-Geral de Arquivos. É um serviço estatal criado com o escopo de assegurar a coordenação do sistema nacional de arquivos e a execução de uma política integrada do livro não escolar, das bibliotecas e da leitura. Disponível em: <http://dglab.gov.pt/>. Acesso em: 31 jan. 2015.

O ADEVVR oferece por meio de acesso ao seu *site*, informações sobre os parâmetros da legislação vigente, acesso às exposições virtuais, aos boletins informativos, as notícias, aos fundos digitalizados, conforme podemos visualizar na Figura 1:

Figura 1 – Homepage do ADEVVR



Fonte: ADEVVR

O arquivo presta os seguintes serviços: a) preservação e restauro; b) leitura e referência; c) pesquisas e certidões; d) apoio técnico; e) reprografia e digitalização; f) serviço educativo; g) aquisições/incorporações.

De acordo com a descrição constante do site do ADEVVR (2014), o serviço de preservação e restauro se dedica a preservar os documentos a longo prazo e reverter o processo de degradação dos mesmos.

Para o serviço de leitura e referência¹⁰ a instituição dispõe de uma sala de leitura com capacidade de 20 lugares e uma sala com leitor/reprodutor de microfímes. O acesso aos documentos é garantido a cidadãos portugueses e estrangeiros, os quais devem se identificar mediante o preenchimento de uma requisição. Por meio de solicitação é prestado apoio na realização de pesquisas nos diversos fundos existentes. Há também os serviços de reprografia, digitalização e transcrição paleográfica, os quais o usuário pode solicitar, caso necessário, todos sujeitos à tabela de preços disponibilizada no *site* da instituição. Vale ressaltar que as certidões requisitadas mais frequentemente são: a) Certidão de Registro Civil ou Paroquial; b) Certidão de Registro Notarial; c) Certidão de Registro Judicial.

No tocante ao apoio técnico do ADVER, o mesmo pode ser requerido pelas instituições que necessitem realizar um diagnóstico genérico das suas condições arquivísticas. Este serviço possui as seguintes áreas de apoio: a) Implementação de Planos de Classificação Funcionais; b) Avaliação de Documentação Acumulada; c) Aplicação de portarias de gestão de documentos e de relatórios e avaliação de massas de documentação acumuladas; d) Tratamento e digitalização de Fundos Arquivísticos; e) Incorporações.

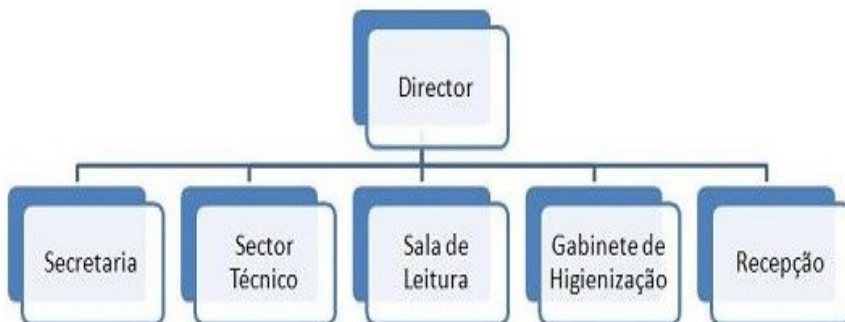
Outra prestação de serviço do ADEVR é a atuação como agente educativo. Assim, detentor de diversas relações institucionais com alguns organismos do Distrito de Évora, o arquivo colabora na orientação da organização de Fundos documentais e na coadjuvação de projetos de investigação, além de realizar oficinas educativas – na área de paleografia e genealogia - em suas dependências ou de outras entidades.

No que se refere às aquisições/incorporações de documentos em arquivos públicos, estas são regulamentadas por um conjunto de normativos.

¹⁰ O ADEVR possui o regulamento interno – Regulamento do Serviço de Referência e Leitura - que norteia os procedimentos de consulta do público aos documentos. Disponível em: http://adevr.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/4/2008/09/Regulamento_referencia_leitura.pdf.

Com vistas à prestação de um serviço de qualidade para os usuários que utilizam os serviços do arquivo, o ADEVR tem a seguinte organização setorial, conforme na Figura 2:

Figura 2 – Organograma do ADEVR



Fonte: Site do ADEVR

O ADEVR contabiliza sete unidades departamentais, a saber: a Direção, a Secretaria, o Setor Técnico, a Sala de Leitura, o Gabinete de Higienização e a Recepção.

O arquivo é composto por 11 funcionários públicos, sendo dois do sexo masculino e seis do sexo feminino, com formações em diversas áreas do conhecimento (Administração Pública, Valorização do Patrimônio Cultural, Ciência da Informação e Documentação e História). A instituição possui cinco Arquivistas que integram o seu quadro de funcionários.

4.1 Fundo Arquivístico

Sob custódia do ADEVR há 200 Fundos Arquivísticos¹¹ que totalizam, um pouco mais de 3.800 metros lineares. A documentação mais remota data do século XIV e a mais recente data do século XXI. Apresentamos a organização dos fundos, conforme descrição no Quadro 2:

¹¹ Referência de 29 de julho de 2014.

Quadro 2 – Divisões e subdivisões do Fundo Arquivístico sob custódia do ADEVR

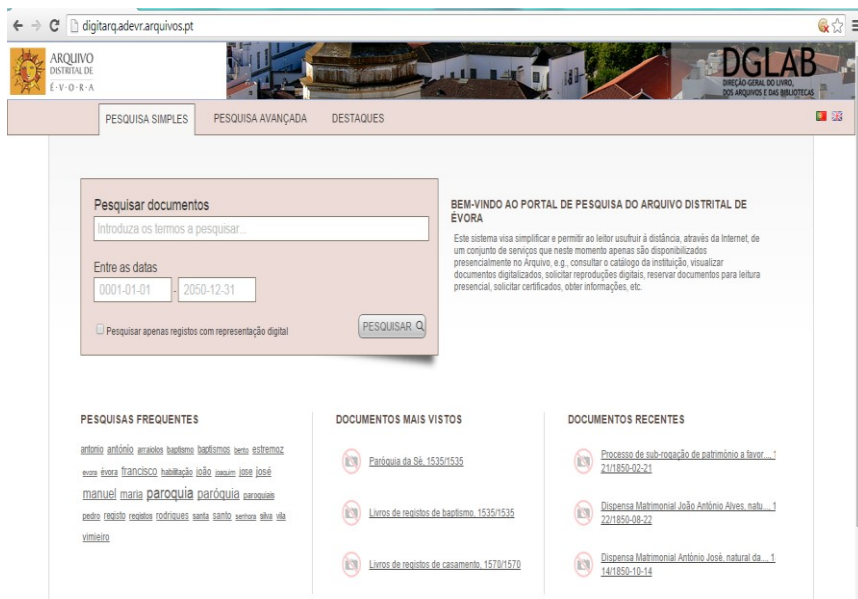
GRUPOS DE FUNDOS	DATAS EXTREMAS	DIMENSÕES APROXIMADAS (m.l.)
1. Fundos Públicos		
1.1. Fundo da Administração Central	1424 - 1979	1165
1.2. Fundo da Administração Central Delegada	1834 - 1979	210
1.3. Fundo da Administração Local	Séc. XIV - 1970	78
1.4. Fundo de Instituições Culturais	1863 - 1997	72
1.5. Fundos Judiciais	1617 - 1987	788
1.6. Fundos Notariais	1533 - 1996	259
1.7. Fundos Paroquias / Registro Civil	1533 - 1978	597
2. Fundos Privados		
2.1. Fundos de Misericórdias	1331 - 1969	81
2.2. Fundos de Casa Pia	1507 - 1957	60
2.3. Fundos Eclesiásticos	Séc. XVI – Século XX	389
2.4. Fundos de Associações	1908 - 2004	77
2.5. Fundos de Famílias	1500 – 1928	7
3. Coleções	Acerca de Século XVI - 1911	26
Total de metros lineares		3809

Fonte: Adaptado do Guia Geral de Fundos do Arquivo Distrital de Évora (2015)

É importante sublinhar que uma parcela da documentação constante no ADEVR é disponibilizada na Plataforma Eletrônica DigitArq no *site* do arquivo, conforme Figura 3.

Por meio desta plataforma o usuário pode ter acesso, atualmente, a cerca de 150.000 imagens de cartórios notariais e livros paroquiais.

Figura 3 – DigitArq



Fonte: Site do ADEVR

5 COMPARTILHANDO A EXPERIÊNCIA COM A PALEOGRAFIA NO ADVER

Durante o período em que cursamos a unidade curricular Paleografia e Diplomática Moderna na Universidade de Évora, por meio do Programa de Mobilidade Internacional da UFF, interessamo-nos em utilizar a teoria contemplada na referida unidade curricular em atividade prática da Paleografia com vistas a

potencializar nosso aprendizado para futuro exercício da profissão de Arquivista.

Assim, inicialmente, procedemos pesquisa sobre a existência de uma instituição arquivística na cidade de Évora. Daí, obtivemos informação sobre o ADEVR. Logo partimos para acessar o seu *site*, a fim de conhecer sua missão, objetivos e um e-mail para contatá-los com o objetivo de manifestar nosso interesse em atuar no arquivo como voluntário.

Daí, firmamos contato com a Diretoria da instituição por e-mail, onde na mensagem enviada apresentamo-nos como acadêmico do Curso de Graduação em Arquivologia no Brasil e também o nosso interesse em atuar como voluntário no arquivo por vislumbrar isto como mais valia para nossa formação.

Após alguns dias, fomos contatados pelo atual Diretor do ADEVR que imediatamente marcou uma reunião com o intuito de conhecermos a instituição e o seu Programa de Voluntariado.

Com a nossa proposta de atuação voluntária aceita, passamos a realizar atividades no ADEVR especificamente no setor de Tratamento Técnico, sob supervisão da terceira autora deste relato. Assim, foram propostas as seguintes atividades: a) tratamento de documentação do Fundo da Câmara Eclesiástica de Évora, que se encontrava avulsa, separando-a por série, com datas extremas entre o século XVI e XIX; e b) realização de uma transcrição sobre o documento “Carta de sua majestade sobre as armas de fogo”, do livro nº 1; cx. 1, sobre o registo de Alvarás e Provisões, do Fundo da Câmara Municipal de Borba. Esta transcrição servirá para uma exposição sobre a Batalha de Montes Claros.

Para a realização das atividades descritas era necessária, portanto, a realização da leitura paleográfica. Os documentos com os quais trabalhamos datavam desde o Século XVI ao Século XIX.

Para que os documentos pudessem ser classificados, era necessária a identificação de suas informações. Para tal identificação, cada documento deveria ser lido e interpretado. Durante essas leituras, que variavam de níveis de dificuldade, alguns documentos requeriam mais atenção e tempo devido às caligrafias – a primeira vista – indecifráveis.

O exercício da prática da leitura paleográfica, inicialmente, foi complicado, suscitando-nos, assim, a necessidade de familiarização contínua com as caligrafias. Ademais, as siglas que surgiam no decorrer das leituras também foram novidade nesta experiência de leitura paleográfica. Tratava-se de abreviaturas utilizadas em época nas quais os documentos foram escritos. Portanto, compreender a numerosa variedade de possíveis formas utilizadas para representar uma mesma palavra também nos exigiu tempo e dedicação. Isto porque em tempos remotos não havia uma sistematização da escrita - a ortografia a fim de padronizar e orientar as pessoas como proceder na arte da escrita - cada indivíduo tinha, portanto, “liberdade” para escrever a palavra da forma que julgava pertinente.

A condição em que os documentos se encontravam era favorável à leitura paleográfica. Em sua maioria não apresentavam qualquer indício de deterioração. As letras eram legíveis sem a presença de quaisquer borões e sem corrosões de insetos. No decorrer desta experiência apenas um livro se encontrava com algumas poucas folhas corroídas por larvas, mesmo assim, esta situação não interferiu na possibilidade de interpretação do documento.

A princípio, as leituras dos documentos requeriam a utilização de uma lupa, a qual foi utilizada com o objetivo de ampliar e facilitar a identificação das letras mais ambíguas ou pequenas. No decorrer da leitura paleográfica surgiam dúvidas de qual letra estava sendo representada, daí, nestes casos, levantávamos as possibilidades e íamos ao próprio texto em busca das letras que seriam iguais para comparar com a letra que emanava dúvida e, dessa forma, arrematar esta concluindo, assim, a leitura devidamente. Estas situações ocorriam com mais frequência com as letras “P”, “S” e “D”.

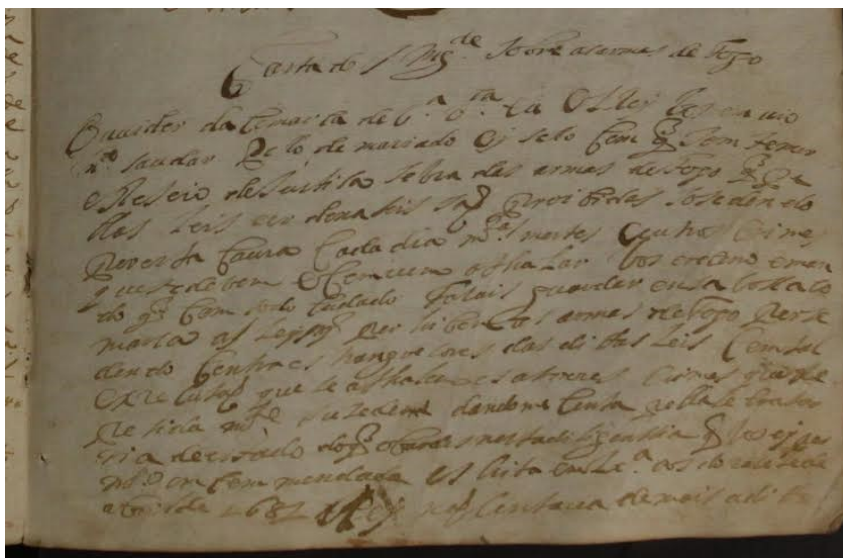
Quando nos deparávamos com alguma palavra que não conhecíamos ou quando as palavras estavam abreviadas, resolvíamos o desconhecimento sobre utilizando um Manual de Abreviaturas, que facilitou sobremaneira o conhecimento de como algumas palavras eram representadas em forma de abreviatura, o que

consequentemente diminuiu o tempo dispendido na leitura dos documentos.

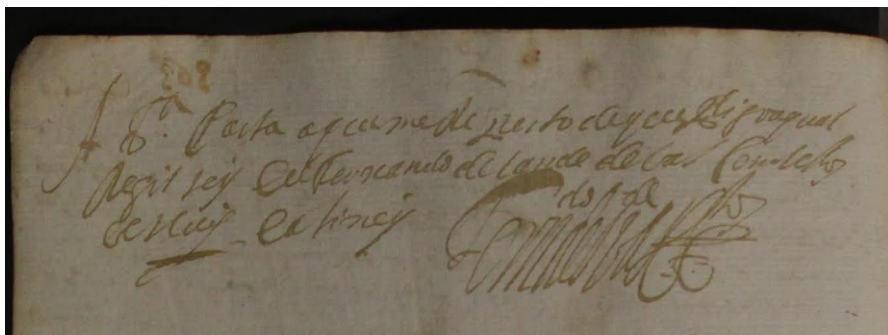
Para a transcrição paleográfica foram seguidas as seguintes normas: a) transcrição linha a linha, sinalizando-as através de uma numeração; b) respeito pela ortografia do texto original; c) distender as abreviaturas, sublinhando as letras que foram acrescentadas para a representação da palavra; d) utilização de colchetes para sinalização das palavras que foram interpretadas pelo leitor, que estejam rasuradas, manchadas ou rasgadas; e) Utilizar *sic* a seguir dos erros do texto original; f) representar com traço palavras ilegíveis.

Dentre os documentos utilizados para a realização da leitura paleográfica, optamos por expor neste relato de experiência o manuscrito do Fundo da Câmara Municipal de Borba. Realizamos sua transcrição com o intuito de apresentá-lo em um projeto interno de divulgação de acervo do ADEVR. Apresentamos em sequência as Fotos 1 e 2 do documento em referência:

Foto 1 – Anverso do Manuscrito do Fundo Câmara Municipal da Câmara de Borba



Fonte: Araújo (2014)



Fonte: Araújo (2014)

Segue a transcrição do Manuscrito do Fundo Câmara Municipal da Câmara de Borba:

Carta de Sua Majestade sobre armas de Fogo/
Ouvidor da comarca de Vila Viçosa eu El Rey Vos
emuio/
muito saudar pello demasiado ej selo com que cem
Temer/
Reseio de Justiça [sobre] das armas de Fogo que
pe/
llas leis e ordenasoes sao proibidas so sedendo/
per esta causa cada dia muitas mortes e otros crimes/
que se devem e conuem a [tratar] vos ordeno e man/
do que com todo cuidado. Facais guardar em a
vossa co/
marca as lejs que perhibem as armas de Fogo perse/
dendo contra esta trangacoes das ditas leis com tal/
exsecusao que se as hadem e soveros crimes que re/
petidamente susedem dando me conta pella secreta/
ria do estado do que obrados nesta deligencia que
vos ey [per]/
muito [os] tem mandado escrito em Lisboa aos
dezessete de/
abril de 1681 el Rey não contaua demais a dita/
A dita carta a que me respeito de que fiz e a qual/
registrej eu Fernando de Sande de Vasconsellos]/
a escreuj e asiney Fernando de Sande de
Vasconsellos.

A atividade prática de transcrição de manuscritos amplia o acesso à informação e a disseminação do conteúdo dos fundos documentais do ADEVR e de qualquer instituição detentora de documentos históricos. Tal atividade fomenta a elaboração de instrumentos de pesquisa, a preservação de documentos originais, auxílio aos pesquisadores que buscam informações para suas investigações.

Certamente, a experiência da leitura paleográfica no voluntariado desenvolvido no ADEVR nos levou à constatação de que para o domínio da Paleografia faz-se necessário tempo e dedicação ou, como afirma Mendes (1953, p. 7), “demanda prática constante e atenção quase exclusiva [...] ao serviço comparativo de letras, à análise dos tipos caligráficos e ao constante manuseio de documentos antigos”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relato objetivou compartilhar a experiência do primeiro autor como bolsista do Programa de Mobilidade Internacional da Universidade Federal Fluminense, durante o período de setembro de 2014 a fevereiro de 2015 tendo como universidade de destino a Universidade de Évora em Portugal, mais estritamente no tocante à experiência de contato com a Paleografia por meio de atuação voluntária no Arquivo Distrital de Évora em Portugal, motivada pela necessidade de aliar os conteúdos teóricos da unidade curricular Paleografia e Diplomática Moderna à prática da leitura Paleográfica.

Assim, ressaltamos a importância da disciplina Paleografia no âmbito teórico e prático da formação dos futuros profissionais arquivistas brasileiros e estrangeiros. Deste modo, para uma mais valia na formação destes, assim como buscamos para a nossa, pontuamos a necessidade de prática da leitura paleográfica da gama de documentos, preservados ao longo dos Séculos, que compõem o acervo das diversas instituições arquivísticas por meio da realização de estágios e trabalhos voluntários.

Para tanto, sublinhamos que as instituições arquivísticas sigam o exemplo do ADEVR que dispõe de um Programa de

Voluntariado em sua política institucional. Há que se pontuar, ainda, a necessidade de que as instituições arquivísticas mantenham um contato mais estreito com as universidades que mantêm cursos de Arquivologia.

Assim, esperamos que este relato possa suscitar nos estudantes em Arquivologia o interesse em participar de programas de intercâmbio internacional disponibilizados por suas universidades nas quais os alunos poderão ampliar e aprofundar o conhecimento na área em que estão em que desenvolvem seus estudos de nível superior.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS. **Formação disponível em Portugal**. 2015. Disponível em:

<http://www.apbad.pt/Formacao/formacao_cdisp.htm>. Acesso em: 14 jun. 2015.

ARAÚJO, Paulina Margarida Rodrigues. **Manuscrito do Fundo Câmara Municipal da Câmara de Borba**. 2014. 2 fotografias, color.

ARQUIVO DISTRITAL DE ÉVORA. **Guia Geral de Fundos do Arquivo Arquivo Distrital de Évora**. Versão 4, jan. 2014.

Disponível em: <http://adevr.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/4/2008/09/Guia_Fundos_ADEVR_04.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2015.

ARQUIVO NACIONAL. **Normas técnicas de transcrição e edição de documentos manuscritos**. 1993. Disponível em

<<http://www.arquivonacional.gov.br/Media/Transcreve.pdf>>. Acesso em: 5 mar. 2015.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes:** tratamento documental. 4.ed.; [reimpr.]. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 2007. 320 p.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de Paleografia e Diplomática.** 3.ed. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2008.

BOBADILHO, Simone Sola; BERTOTTI, Valéria Raquel. A paleografia e a diplomática: contribuições para a execução do trabalho do arquivista. In: SEMINÁRIO DE ENSINO EM ARQUIVOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL, 1., 2012, Rio Grande. **Anais ...** Rio Grande: FURG, 2012, p. 53-63. Disponível em:
<http://www.arquivologia.furg.br/arquivologia/images/anais_search1.pdf>. Acesso em: 2 maio 2015.

COSTA, Renata Ferreira. Abreviaturas: simplificação ou complexidade da escrita? **Revista Histórica.** n. 15, ano 2, out.2006.
<<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao15/materia01/texto01.pdf>>. Acesso em: 15 jan .2015.

DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê?** Tradução de Danielle Ardaillon. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso (IFHC), 2010. 196p.

KRÜGER, Aline Carmes. O ensino de paleografia no curso de graduação em Arquivologia da UFSC: um exercício com os documentos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. **Ágora,** Florianópolis, v. 24, n. 48, p. 211-223, jan./jun. 2014.

MARQUES, A. H. de Oliveira. Diplomática. In: **Dicionário de História de Portugal.** Dir. por Joel Serrão. [S. l.]: Iniciativas Editoriais, 1975. vol. 2, p. 309-314

MARQUES, A. H. de Oliveira. Paleografia. In: **Dicionário de História de Portugal**. Dir. por Joel Serrão. [S. l.]: Iniciativas Editoriais, 1975. vol. 4, p. 528-534.

MENDES, Ubirajara Dolacio. **Noções de Paleografia**. São Paulo: Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo/Secretaria da Educação, 1953.

NUNES, Eduardo Borges. **Abreviaturas paleográficas portuguesas**. Lisboa. Fac. de Letras da Universidade de Lisboa, 1981.

PORTUGAL. DECRETO 2.859. Disponível em: <<http://adevr.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/4/2014/10/2859.pdf>>. Acesso em: 4 abr. 2015.

PORTUGAL. DECRETO-LEI nº 60/97. Disponível em: <<https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/1997/03/067A00/12761283.pdf>>. Acesso em: 4 abr. 2015.

PORTUGAL. DESPACHO nº 9.339/2012. Disponível em: <<https://dre.pt/application/dir/pdf2sdip/2012/07/133000000/2438024381.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2015.

PRIETO, Ana Belén Sánchez. Aportación de la Paleografía y la Diplomática a las Ciências de la Documentación, la Filología y la Arquivística. In: **I Congresso Universitário de Ciências de la Documentación: Teoría, história y metodología de la documentación en la España**. Madrid. 14-17 nov. 2000. <<http://pendientedemigracion.ucm.es/info/multidoc/multidoc/revista/num10/paginas/pdfs/absanchez.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2015.

RIBEIRO, Fernanda. O Ensino da Paleografia e da Diplomática no Curso de Bibliotecário-Arquivista. In: **Departamento de História, Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio, Estudos**

em Homenagem ao Professor Doutor José Marques.

Universidade do Porto. Faculdade de Letras, p.47-63, 2006.

<<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1244.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2015.

SANTOS, Ana Vargas. **A importância dos arquivos:** paleografia contribuindo para o acesso á memória. UFF: Niterói, 2011.

SANTOS, Maria Jose Azevedo. Algumas considerações sobre a difusão da escrita no tempo das descobertas. In: JORNADAS HENRIQUINAS – VIVER EM PORTUGAL NO SÉCULO XV, 2003. **Estudos em homenagem ao Prof. Dr. José Marques:** Centro Cultural de Lagos, v.4, p. 25-30, 2006. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4905.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2015.

PALEOGRAPHY AT ARCHIVE DISTRICTAL OF ÉVORA: EXPERIENCE REPORT

Abstract: This present narrative shows the experience with Paleography through a volunteering at Archival Districtal of Évora (ADEVR) in Portugal, performed during an Academic International Mobility. It shows reflexions about Paleography. It describes the local where the volunteering activity happened, the ADEVR (creation, mission, records types, sections, among others), this institution made available to paleographic reading one of the archive group that it guards: the archive group Chamber Ecclesiastical of Évora. It talks about the difficulties found during paleographic practice, however, even having contact with the theory through discipline Modern Paleography and Diplomatics, learned at University of Évora. Lastly, it points out the importance of Paleography, as fundamental knowledge in Archivist academic education, professionals trained to manager a documentation written as in characters current as in characters obsoletes.

Keywords: Paleography. Archival Districtal of Évora - Portugal. University of Évora.

Originais recebidos em: 04/07/2015

Aceito para publicação em: 11/09/2015

Publicado em: 20/10/2015